



III Seminário Internacional em
Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 21 a 23 de novembro de 2018



O processo de integração da Amazônia e a educação escolar indígena ¹

Andreza da Silva Dorzanio²

Luana Gonzalez de Paiva³

RESUMO

O texto traz sob um aspecto histórico a reflexão teórica de uma pesquisa bibliográfica do processo de integração da Amazônia e a educação escolar indígena na época da colonização do Brasil pelas missões jesuíticas à perspectiva da educação escolar indígena pensada pelos povos na atualidade, faz uma abordagem também dos salesianos que deram continuidade a presença da Igreja na Amazônia. A escola para os índios surge com a missão jesuítica liderada por Padre Manoel da Nóbrega (1549), enviado pela Coroa Portuguesa, com o objetivo de catequizar os indígenas ensinando a doutrina Cristã Católica, conquistando sua confiança para dominá-los e escravizá-los. Na época da Província do Amazonas, recebiam a catequização, ensinamentos para aprender à língua portuguesa e diversos ofícios para trabalhar como empregado doméstico, nos roçados das fazendas e outros serviços sob o regime escravista. A prática missionária dos salesianos era formar povoados ao redor da igreja e consolidar os valores da cultura europeia e cristã entre os povos indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Integração; Educação escolar indígena.

Introdução

O processo de educação do povo brasileiro sempre esteve sob o domínio da força política de dominação do Estado. Os registros históricos revelam a educação imposta aos povos indígenas, os primeiros habitantes do Brasil. Estes foram massacrados por tecerem resistência aos

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM). Professora da Rede Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC/AM). E-mail: dorzanio.a.silva@gmail.com.

²Mestranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM). Especialista em Docência do Ensino Superior. E-mail: luanagonz@hotmail.com

³Artigo apresentado como nota final na disciplina Pensamento Social na Amazônia. Sob a orientação dos professores: Dr. Odenei de Souza Ribeiro e Dr. Nelson Matos de Noronha do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM).

colonizadores, expedições enviadas pela Coroa Portuguesa que tinha como objetivo explorar as riquezas da terra “descoberta”.

A riqueza natural impressionou aos viajantes exploradores que belamente descreveram o que viram, a floresta, os animais, seus habitantes chamando à atenção de Portugal que enviou para o Brasil expedições com um contingente significativo de homens, suprimentos e armamentos que foram capazes de tomar as terras dos indígenas e escravizá-los.

O processo foi iniciado com a catequização dos índios, impondo ensinamentos da fé Cristã a estes para torná-los dóceis, compreender sua língua e implantar os sistemas de aldeamento que desencadeou na aculturação, a imposição da cultura europeia aos indígenas. No momento da invasão o oferecimento de objetos aos índios, nunca vistos por estes, a fim de caracterizar uma troca, que na verdade gerou a exploração dessa gente.

Infiltrados nas aldeias os missionários jesuítas iniciam a catequização, a instrução aos nativos, que eram pertencentes a várias etnias, que possuíam uma diversidade de línguas que posteriormente, frente ao massacre nos conflitos entre o colonizador e os índios, foram extintas junto com essas populações.

A língua para um povo é sua identidade, assim como seus modos de viver, seus costumes e tradições. A cultura dos povos indígenas foram violadas, seus corpos não tão expressivos e suas mentes um pouco distantes de sua cultura. Valores arrancados em nome de uma educação que visava uma homogeneização da cultura do povo brasileiro, dentro de uma política de integração que desmoralizou e enfraqueceu a cultura brasileira.

Atualmente a revitalização da identidade indígena é palco de muitas discussões a favor da valorização das especificidades de cada povo, porque cada um é uma cultura, possui saberes e olhares diferentes. E são essas diferenças que os significam, os incentivam a buscar um modelo de educação escolar indígena próprios, que na história ainda vem passando por muitas intervenções do não-índio.

A educação jesuítica

A educação nos moldes dos missionários jesuítas, por meio da catequização nem sempre estava consolidada, já que muitos indígenas ofereceram resistência. A estratégia encontrada foi buscar nas aldeias principalmente as crianças para aprender a ler, escrever e a contar, segundo os princípios da Ordem e ensinamento da doutrina Cristã. As missões que agiam dessa forma foram chamadas de missões volantes, já que não possuíam um lugar específico.

Com uma política articulada, certamente o número de indígenas para catequização e instrução era grande, já que percorriam as várias aldeias. Com esse quantitativo crescendo, foi se

definindo espaços para esse fim. Surgiram - *as casas*, lugar destinado aos índios que não eram batizados para a doutrinação Católica. Também surgiram – *os colégios*, que abrigavam os mestiços, os indígenas batizados e meninos portugueses. A formação nesses colégios estava além da catequização conforme explica Ribeiro (1984, p.127): “Nos colégios a educação tinha um caráter mais abrangente e estava voltada para a formação de pregadores que ajudariam os jesuítas na conversão de outros índios”. A política de dominação estava articulada, mesmo após os primeiros processos de dominação, o índio ainda era visto como ameaça.

Ainda que os indígenas sofressem todo um processo de aculturação pela convivência com os jesuítas e catequese, não mudavam o modo de vida completamente. Ao estar em contato com outros índios, logo demonstravam os seus costumes e crenças. Mesmo os batizados apresentavam essa característica de pertencimento. Nem mesmo o contato com outros colonos arrancaram de vez sua cultura.

Ao verificar que essa forma de dominação não atingia aos objetivos da Coroa, os jesuítas partiram para outra estratégia, o aldeamento, que:

Consistia na criação de grandes aldeias próximas das povoações coloniais para agrupar índios trazidos de suas aldeias do interior. Nelas os índios passaram a viver sob as normas civis e religiosas impostas pelos padres missionários, sem nenhum contato com o mundo externo, a não ser quando esse atendesse a algum interesse dos jesuítas. (CADERNOS SECAD 3. 2007, p. 16)

Um dos objetivos dos aldeamentos também era de reprimir a cultura dos indígenas que não podiam nesses lugares, manifestar seus valores e costumes. É importante destacar que nos aldeamentos não havia uma definição de etnia, estas eram diversas no mesmo lugar. Os missionários usaram como uma maneira de estimular o casamento Interétnico, impondo uma nova ordem social que levaria à repetição para uma política de interação social pelo trabalho mais à frente.

Outra medida tomada pelos missionários foi à implantação da Língua Geral para os indígenas cristãos aldeados. Já que a diversidade de povos era grande, os jesuítas precisavam de uma homogeneização da língua para que se tivesse uma melhor compreensão dos ensinamentos dos jesuítas. A nova língua era uma ponte para o ensinamento da Língua Portuguesa.

A educação pública no governo provincial em 1852

No final do Império, integralização da região amazônica no cenário brasileiro com a contribuição da educação, foi uma política que se apresentava como benefício para o ribeirinho e indígena. Na província do Amazonas e Pará, existiram as autoridades educacionais da Província,

chamados de inspetores ou diretores da ⁴Instrução Pública Primária. O objetivo era consolidar o aprendizado da língua portuguesa e para isso, concentrar as pessoas do interior em vilas e povoados para minimizar o distanciamento e isolamento dessas populações.

Após o grande período de catequização dos índios para torná-los mansos e com isso, a coroa Portuguesa extraiu o conhecimento da terra pelos indígenas e sua força de trabalho, o Imperador D. Pedro I, sanciona a Lei de 15 de outubro de 1827 que determinou a criação de escolas do ensino primário. Antes da determinação, o ensino era ministrado pelo mestre régio. Com a nova proposta de educação, entra no cenário o professor primário, com o aporte do plano de ensino e uma metodologia que abrangia o ensinamento mútuo para combater o analfabetismo.

De acordo com Carvalho (2016, p. 450) tal política era de discurso ‘revolucionário’, pois a Amazônia era vista como lugar de população com traços ‘socioculturais indígena, selvagem e caboclo’, o que julgavam inferior para se atingir uma ‘modernidade civilizatória’ o que era o ideário pela educação, já que surgia uma jovem Província. A Amazônia era interpretada como um lugar que se encontrava apenas natureza e que não existia uma cultura segundo as perspectivas do Império.

De acordo com Leandro Tocantins (1969, p. 44):

A educação, a princípio confiada às Ordens religiosas, destacando-se a dos Jesuítas e Mercedários que formaram as primeiras bibliotecas da região, passou a ser ministrada, depois da retirada dos missionários, pelas escolas laicas. O professor Arthur Cezar Ferreira Reis nos informa sobre a evolução do ensino e o despertar da inteligência no Extremo Norte com o prosseguimento, em maior escala, da experiência portuguesa e a introdução de novos métodos pedagógicos na era imperial. [...] No Amazonas, elevado à categoria de Província no ano de 1850, só bem mais tarde, em 1869, veio a funcionar o Liceu, e Escola Normal, em 1881. A Faculdade de Direito amazonense aparecia no princípio deste século, durante os dias da prosperidade econômica da borracha.

As determinações certamente não se aplicavam imediatamente, já que os aspectos geográficos, especialmente o isolamento dos povoados não favoreciam as mudanças se aligeirarem. É importante destacar que antes da Lei, existiam as escolas de Barcelos, a escola do Lugar da Barra do Rio Negro e a escola de Moura.

As especificidades da floresta e as características rústicas e a forma simples de vida dos indígenas e caboclos também foram sinais de descontentamento e insatisfação pelos presidentes e diretores da Instrução Pública do Grão-Pará: “[...] imensa e densa floresta habitada por índios hostis, pelos números de rios e lagos que dificultavam o acesso aos povoados e vilas, [...]” (UCHÔA, 1966, apud CARVALHO, 2016, p. 447).

Em se tratando de motivos impeditivos para o avanço da instrução pública primária nas Províncias do Amazonas e Pará nas últimas décadas do Império, por fontes levantadas por Carvalho (2016, p. 449) também indicam:

⁴ Regulamento de 8 de março de 1852 pelo Presidente da Província João de Baptista de Figueiredo Terreiro Aranha.

[...] a diversidade étnica; as características da floresta amazônica; a hostilidade indígena; a falta de professores qualificados para o exercício do magistério; as atividades sociais e culturais; as econômicas e a alimentação dos familiares dos educandos que os “obrigavam” a usar sua força de trabalho como valência necessária para a agricultura de subsistência de suas famílias. [...].

Ao nos reportarmos para a atualidade o cenário dos impeditivos ainda são fortes indicadores para um atraso e ineficiência da educação pública, especialmente no estado do Amazonas, pela especificidade geográfica e a falta do investimento público quanto à infraestrutura aos municípios mais afastados da capital Manaus. Os impeditivos apontados pelos governadores quando ainda Província eram relevantes para a época da Integração da Amazônia, não mais aceitas para esta época, quando o Amazonas atualmente é um dos Estados brasileiros que mais contribui para a balança fiscal brasileira em razão da Zona Franca de Manaus.

A teoria Eliasiana elucida que todo processo de integração causa desintegração interna. Segundo MATOS (2015): “Destaca em comunidades amazônicas caboclas ou ribeirinhas, mas em áreas indígenas, que se torna mais evidente a ocorrência do fato”. Retrata que com os anos de contato desde o período dos colonizadores, os religiosos que buscavam catequizar, a escrita que incorporou o indígena e estes passaram por um processo de desintegração quando deixaram de se comunicar em sua língua, o pajé perdeu sua função para a medicina do não índio, adentraram no aspecto religioso, o nativo foi catequizado, a educação dos indígenas foi incorporada à educação dos brancos civilizados.

Ao falar de integração da Amazônia, compreende-se aqui como reconhecimento de suas especificidades que corroboram para agregar diversidade cultural ao Brasil. Na época dos jesuítas, foram os indígenas quem os ensinaram a desbravar seus rios, a conhecer sua flora e fauna, a lidar com um clima diferenciado e pouco apreciável pelo homem europeu. E foi a cultura indígena e cabocla o verdadeiro laboratório para que os processos de civilização pela coroa Portuguesa dominassem a região.

Ainda com as contribuições de Tocantins (1969, p. 41), as habilidades indígenas socioculturais que transmitiu aos homens civilizados:

[...] como pescar, como comer, como dormir em rede, como caçar, como remar. Deu-lhe lições diárias [...] tomando banho várias vezes ao dia. [...] a sua linguagem, o seu folclore, os seus hábitos de vida cotidiana para que o português, incorporando esses valores, pudesse mais facilmente assenhorar-se da terra, amansá-la, extrair das florestas e das águas os elementos que viriam pesar no comércio regional. [...].

O europeu português foi interpretado como homem “o grande procriador dos trópicos”, já que buscou “caboclar-se”. No sentido de permitir-se internalizar a cultura indígena, inclusive pelo

casamento, incentivado pelo próprio Rei, de seus vassallos com as índias. Aos quais seriam premiados com agrados, como terras, empregos, honras e dignidades.

Hoje se enxerga políticas similares às dos jesuítas, após contato, e aos modelos da época a Província do Grão-Pará e a Província do Amazonas, ainda que tenhamos atravessados os séculos. Os povos indígenas buscam o resgate de sua língua, a conquista de uma escola de educação escolar indígena, com professores indígenas nas salas de aula. No entanto, estas vêm esbarrando no reconhecimento de suas instituições, pois, para que existam legalmente precisam estar sob a coordenação das Secretarias de Educação Estadual e Municipal, órgãos subordinados às diretrizes do Ministério da Educação.

A língua para os povos indígenas significa sua identidade, é ela quem os diferencia dos demais. São desejosos de fazer parte da diversidade cultural da sociedade brasileira miscigenada, seja nascida em qualquer Região, mas que deseja falar a língua que ficou esquecida pela imposição do aprendizado da língua portuguesa pelo colonizador, de suas danças, de seus rituais, de sua culinária, da vida branda.

A linguagem refletia nos corpos dos povos indígenas, quando imprimia seus valores pela terra, pela comida, pela religião e todas as formas de comunicação. É para estes o princípio estruturante de toda sua cultura. No momento pós-colonização, os indígenas passaram por uma desfiguração no físico, no espírito, no social; o corpo em questão.

O colonizador na posição de filósofo, de intelectual, superior ao seu “objeto” (o indígena), ao chegar às terras brasileiras, o interpretou como um ser bruto, selvagem, o inferiorizou sem pensar os nativos que ali encontraram, feitos de carne e osso, também possuíam uma consciência de si, uma intersubjetividade. Mas, mergulhados pelos enveredamentos da ciência, o interpretaram como uma única coisa, como objeto e não como sujeito-objeto.

Chauí (1980) traduzindo Merleau-Ponty a cerca do corpo pela fenomenologia da percepção: “somos uma consciência pura, esta encarnada num corpo, um corpo humano habitado e animado pela consciência”. “Somos seres temporais, faz-nos ter consciência do passado e esperança no futuro. Por isso, fazemos história”. Os povos indígenas que recordam do passado sangrento, mas também de aprendizados e esperança em si mesmos, de lutar pelo resgate de si mesmo para que no futuro, se percebam no olhar do outro, no olhar da sociedade, sendo a própria sociedade.

A autora também nos faz enxergar o nosso lugar: “somos seres espaciais, temos consciência da terra, da mata, do céu”. Somos uma coisa entre coisas”. Meu corpo é um ser visível, um visível vidente, eu vejo além de ser visto”. A floresta com todos seus organismos é para o indígena e o caboclo, um único corpo, como um único ser, não existindo a floresta, ele também não existe. Por isso, Marilena Chauí também interpreta o corpo como ser tátil: “meu corpo é um ser tátil, ele é tocante e também pode tocar-se. Meu corpo é sonoro, podendo ouvir e também ser ouvido”.

Ao nos submetemos às leituras dos viajantes e intérpretes da Amazônia, fica claro o quanto os escritos mexem com todos os sentidos de quem as visita. E ao nos reportar-nos, especialmente aos povos indígenas, tais percepções são ainda mais esclarecedoras que estes estão intimamente ligados à floresta. E nas experiências com as gentes do interior do Estado, ao participar de seu banquete, de suas festividades, de conhecer os rituais indígenas e os valores que aí estão nós moradores da capital e das principais cidades, conseguimos perceber algumas similaridades, ainda que breves da cultura amazônica. “Meu corpo é movente, é meu modo de ser no mundo”. Meu corpo é uma reflexão reversível nele mesmo. Isso é ser um corpo”.

A Educação Salesiana

A presença da Igreja na Amazônia registra que os salesianos foram precedidos de outras ordens religiosas como carmelitas, mercedários que atuaram na região do Rio Negro desde a segunda metade do século XVII, o encontro das águas, descrito de forma tão vivida e personificada pelo padre Cristóbal de Acunã em 1639. Inicialmente, com base em Belém, a Companhia de Jesus fixou residência no Rio Negro de 1657 até 1694. Todavia até a metade do século XVIII os jesuítas continuaram a fazer incursões na região, dando sustentação às tropas de resgate e aos descimentos de índios. (COSTA, 2009).

Em breve percurso histórico, as viagens de Dom Frederico Costa Aguiar, Bispo de Manaus, pela Região do Alto Rio Negro até a Colômbia e a Venezuela, datadas em 1908, realizou uma visita pastoral pelos rios Negro e Uaupés. Em carta pastoral referente a essa visita, descrevia a riqueza de detalhes, entre outras coisas, a falta de assistência material, moral e religiosa. Todavia Dom Frederico estava convicto de que a partir daquela viagem, tendo constatado a situação de abandono das populações do Rio Negro, solicitou ao Papa Pio X acerca do desmembramento de sua diocese, auxílio para a evangelização.

Sendo assim, a presença salesiana entre os povos indígenas da Amazônia iniciou-se oficialmente em 18 de junho de 1914, graças à atuação de Dom Frederico Costa, com grande empenho para que as Missões do Rio Negro fossem confinadas à Congregação Salesiana. Apesar do desejo de Dom Frederico, foi o Salesiano padre Giovanni Bálzola, missionário do Mato Grosso, que na condição de visitador apostólico, no Rio Negro, detectou as mais urgentes necessidades e propôs medidas necessárias a serem tomadas pela Congregação Salesiana, antes do início das atividades missionárias. (COSTA, 2009).

Os salesianos foram constituídos como uma congregação voltada para a educação da juventude abandonada dos centros urbanos, mas na visão da igreja era necessário consolidar os valores da cultura europeia com a cristianização dos índios. Estes implantaram “núcleos de

civilização” em Barcelos, Santa Izabel e São Gabriel da Cachoeira, Taracua, Iauareté entre outros influenciando os grupos étnicos por meio da sua cultura.

A implantação da obra salesiana na Amazônia, que remonta ao início do século XX na Região do Alto Rio Negro, tinha como objetivo principal, “[...] incorporar os pobres silvícolas na civilização brasileira e cristã” (p. 9) através do Sistema Preventivo de Dom Bosco, o qual pressupunha um misto de atividades valorativas baseadas na razão, religião, amor e inculturação (AZZI, 1983, pp. 101-5).

Podemos identificar que dentre outras coisas, a escola, ao chegar às comunidades amazônicas não deu atenção ao conhecimento local e ao princípio da alteridade. Isso implica do que hoje se designa de etnoconhecimento. MATOS (2015).

Desde então, empreendimentos eclesiásticos salesianos foram empregados a uma "grande rede organizativa" na Região Amazônica através de construção escolas em regime de internato, hospitais, igrejas, oratórios e oficinas. Na esfera política com a proclamação da República (1889) as relações entre Igreja e Estado republicano, se tornaram instáveis e tensas devido aos conflitos de interesses e privilégios eclesiásticos, mas logo chegaram a um acordo, para os interesses recíprocos.

Podemos situar a relação de poder entre Estado e Igreja em que seguia o ideário católico e civilizatório das ordens religiosas de catequizar e civilizar os índios de modo a influenciar a sua cultura e o Estado com a proclamação da República, os arranjos políticos que não excluísse as alianças com as autoridades locais (políticas e militares) e os comerciantes, as relações que eram mantidas por meio dos contatos da localidade.

Neste contexto relacionamos a construção da missão de Iauareté com o levantamento das construções do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e as missões salesianas compartilhavam o mesmo perímetro em lados opostos que retratava o loteamento do território indígena, no qual os agentes colonizadores convergiam para transformar os indígenas em cidadãos úteis estes defendiam a civilização sem o concurso da religião, Marechal Rondon em uma carta ao Ministro da Agricultura alega “como prejudicial à formação viril do caráter do selvagem, podendo aproveitar a altivez espontânea do índio as suas qualidades miliares...” (SPI, 8/6/1939), quanto aos missionários o seu objetivo era a conversão religiosa, esta era uma disputa de poder pelo controle territorial e social das populações indígenas.

Segundo Costa, (2009) os salesianos realizaram acordos com os governos estaduais e elite local e recrutavam a mão de obra indígena para o levantamento da infraestrutura da missão, logo se expandiram em relação à educação, a partir de 1930, começou a funcionar a escola em regime de internato, possibilitando uma expansão no atendimento escolar no período 1930/1950 a

missão de Iauareté já possuía infraestrutura suficiente para abrigar regularmente cerca de 250 alunos indígenas em internatos masculinos e femininos.

A escola era caracterizada pela ênfase no ensino religioso, além do que o horário diário do internato era repleto de atividades religiosas e o calendário escolar contemplava a comemoração das festas litúrgicas distribuídas ao longo do ano, os internos cursavam o ensino elementar de 1ª à 4ª séries, sendo que os maiores frequentavam os cursos de carpintaria e alfaiataria; às internas, além do ensino formal, aprendiam corte e costura e bordado. (COSTA, 2009).

A educação pré-militar dos alunos não era algo secundário, uma vez que a ação missionária era considerada pelos próprios salesianos como “do mais elevado alcance nacional” e, portanto, uma “função altamente patriótica” (PRELAZIA, 1926), pois contribuía com a Nação ao assimilar os índios aos valores da nacionalidade (símbolos, costumes, língua) e fixando as populações indígenas nos limites do território brasileiro como estratégia para a defesa das fronteiras nacionais.

A educação escolar indígena

O aprendizado dos costumes dos mais jovens acontece primeiramente com a vivência da família e os mais antigos da aldeia na participação das atividades culturais como na caça, na pesca, no plantio, no cultivo das mudas de ervas para a produção de remédio. Ao conhecer técnicas no mesmo perfil do homem branco, entram em contato com outra realidade e cultura de trabalho.

A articulação e interação das atividades de aprendizagem da aldeia, se dá também nos momentos de estudo da sala de aula, pois, a escola indígena está intimamente ligada às atividades de seu cotidiano. Tornar as aulas em espaços de diálogos, observando ou demonstrando como se realizam os trabalhos e costumes de cada membro da comunidade, levam aos alunos suas experiências da caça, da pesca, do plantio, da cura de doenças por remédios caseiros e outros.

O perfil encontrado no espaço da maioria das escolas do não-índio é a uniformização de práticas pedagógicas controladas por conteúdos hierarquizados e instrumentos de medição de aprendizagem que resultam em conceitos que revelam o sucesso escolar ou não dos estudantes. O discurso da prática pedagógica direciona o ensino-aprendizagem para uma valorização do sujeito pelos conhecimentos a adquirir, este capaz de se perceber no contexto social do qual pertence fortalecendo a cultura da realidade de suas comunidades.

Os movimentos indígenas nacionais e internacionais foram pertinentes para que hoje muitos povos reivindiquem uma educação escolar que atenda às perspectivas de cada etnia. Atualmente, abre-se um novo leque de discussão. Escola indígena para quê? A pergunta deve-se

exatamente pelo tipo de educação oferecida aos indígenas, que percebem uma escola de não-índio dentro de suas aldeias, quando são obrigados a obedecer as diretrizes das secretarias de educação.

A LDBN 9.392/96 traz no Art. 78 (p. 43): “O sistema de ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para a oferta de educação bilíngue e intercultural aos povos indígenas”. A possibilidade de uma educação nesses moldes abre espaço para o diálogo entre grupos e culturas diferentes, que unem-se e integram-se para a realização de um projeto em comum.

É o desejo de qualquer povo indígena o reconhecimento de uma educação escolar específica e diferenciada, cada escola com as características de seu povo. Não se trata de um projeto maior que venha atender de forma homogeneizadora a todos os povos indígenas, como as políticas da época do Império que não reconhecia a diversidade cultural.

De acordo com o professor Gersem dos Santos, do povo Baniwa, para uma escola indígena:

Todo projeto escolar só será escola indígena se for pensado, planejado, construído e mantido pela vontade livre e consciente da comunidade. O papel do Estado e outras instituições de apoio deve ser de reconhecimento, incentivo e reforço para este projeto comunitário. Não se trata apenas de elaborar currículos, mas de permitir e oferecer condições necessárias para que a comunidade gere sua escola. [...]. (REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS, p. 23)

O discurso da prática pedagógica proposta pelos indígenas direcionará o ensino-aprendizagem para uma valorização do sujeito pelos conhecimentos a adquirir, este capaz de se perceber no contexto social do qual pertence, fortalecendo a cultura de suas comunidades.

Uma característica dos povos indígenas é a interação com o meio ambiente, da compreensão da vida, não de forma isolada, mas como um todo que é harmônico, é uma rede, onde cada elemento representa um ponto, uma parte importante para o seu pleno funcionamento. É o reconhecimento da diversidade e importância de se pensar e agir de forma sustentável. Os índios fazem sua análise pela observação da natureza, buscam consultá-la e respeitá-la.

Marcos Terena na conferência citada na obra *Saberes Globais e saberes Locais: o olhar transdisciplinar* de Edgar Morin (2000, p. 22), explica: “[...] A Lua foi feita para limpar o corpo das mulheres, preparar o corpo para a criação. Nós os índios, [...] não queremos perder esta filosofia de vida, queremos contá-la a vocês e queremos defender este patrimônio para vocês”. A compreensão do que é a vida para os povos indígenas é antagônica à concepção de vida do não-índio, principalmente os cientistas que realizam descobertas em favor do lucro, do capital. O índio enxerga

a vida até mesmo observando os astros. São referências que nós moradores da selva de pedra perdemos.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. **O sistema preventivo de Dom Bosco**. In: _____. Os salesianos no Brasil: à luz da história. pp. 101-5. cap. XX. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1983.

COSTA, Mauro Gomes da (Org); **A ação dos Salesianos de Dom Bosco na Amazônia**; São Paulo: Editora Salesiana, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Cadernos SECAD 3. Educação Escolar Indígena: diversidade sócio-cultural indígena ressignificando a escola. Brasília, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. Brasília, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CARVALHO, Guiomar Lima de. A instrução primária no Amazonas Imperial. In: MARCOS, André Ferreira Estácio; NICIDA, Lúcia Regina de Azevedo (Orgs.). **História e educação na Amazônia**. EDUA; UEA Edições. Manaus, 2016.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Maurice Merleau-Ponty: textos selecionados**. Ed. Abril Cultural. São Paulo, 1980.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Merleau-Ponty editado**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dUi5VWF7m8>

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Ethos e figurações na hinterlândia amazônica**; Editora Valer/ Fapeam, Manaus; 2015.

MORIN, Edgar. **Saberes locais e saberes globais: o olhar transdisciplinar**. Garamond. Rio de Janeiro, 2000.

PRELAZIA APOSTÓLICA DO RIO NEGRO. (1926). Missões Indígenas salesianas no Amazonas

RIBEIRO, Berta Gleiser. **O índio na história do Brasil**. 2. ed. São Paulo. Global, 1984.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS – SPI- **Inspeção de Fronteiras**. Cartas de 25/07 e 08/08/1930.

TOCANTINS, Leandro. **Vida, cultura e ação**. Rio de Janeiro: Artenova, 1969.

UCHÔA, Júlio Benevides. **Flagrantes educacionais do Amazonas de ontem.** Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.